

30 DE ABRIL DE 2021

ANAPE

em ação



- » NOTAS
O FIM DA ESTABILIDADE SERÁ UMA PORTEIRA ABERTA
PARA MANDOS E DESMANDOS, DIZ PRESIDENTE DA
ANAPE NA CÂMARA

Pág. 01

- » NOTAS
PRESIDENTE DA ANAPE PARTICIPA DE SIMPÓSIO
ORGANIZADO PELA APEAC

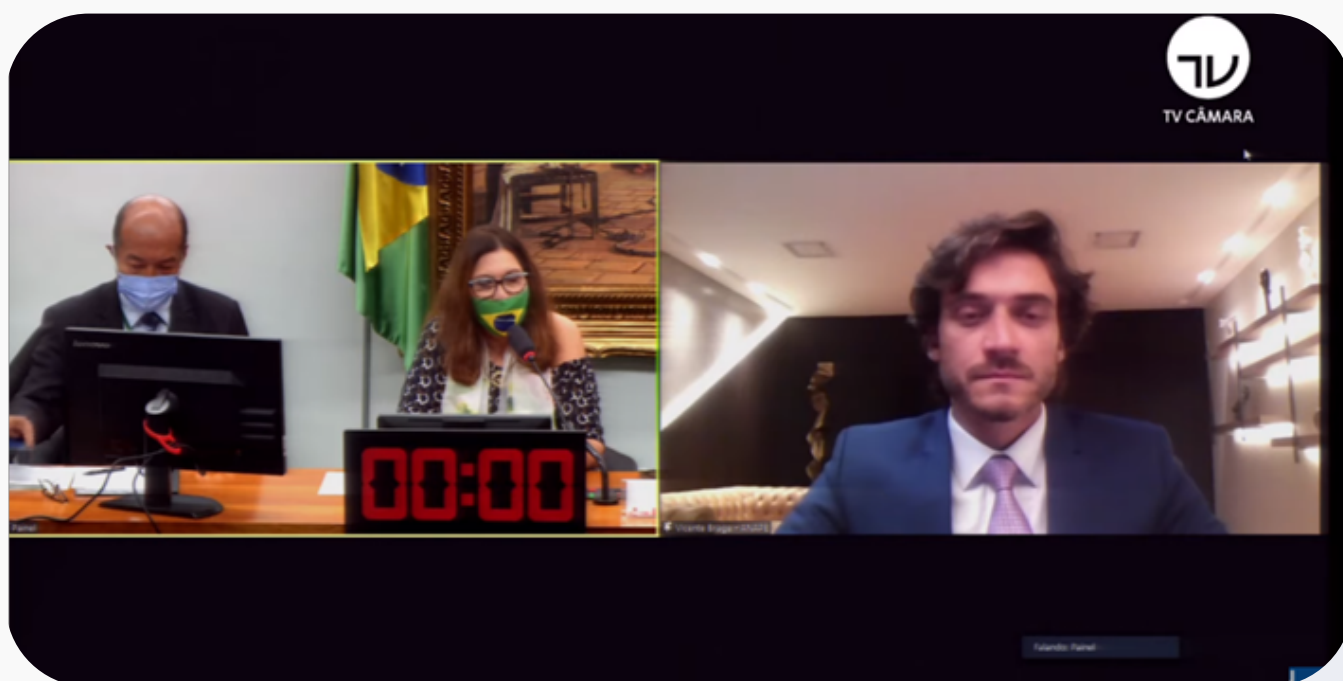
Pág. 03

- » NOTAS
VICE-PRESIDENTE DA ANAPE PARTICIPA DE
POSSE DA NOVA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO
DOS PROCURADORES DO ESTADO DE GOIÁS

Pág. 04

NOTAS

O fim da estabilidade será uma porteira aberta para mandos e desmandos, diz Presidente da ANAPE na Câmara



O presidente da ANAPE, Vicente Braga, participou nesta segunda-feira (26/04) da primeira audiência pública realizada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados para debater a proposta de Reforma Administrativa (PEC 32/20).

Esta foi a primeira de uma série de audiências aprovadas pela comissão para ouvir representantes do serviço público, especialistas e juristas sobre o texto apresentado pelo governo federal. A PEC altera diversos trechos constitucionais, como a estabilidade no serviço público, e cria novos tipos de vínculos com o Estado.

Em sessão transmitida ao vivo, o presidente da ANAPE pôde expor a visão da entidade sobre a PEC, destacando alguns pontos considerados críticos.

“O fim da estabilidade será uma porteira aberta para mandos e desmandos. Até podemos afirmar, para mais atos de corrupção. Não podemos admitir isso. Nós devemos blindar a figura do servidor público”, declarou Braga.

“Nós temos que buscar neste momento o fortalecimento das instituições e não a sua fragilização. A prerrogativa da estabilidade pertence ao

cargo ocupado, e não àquele servidor que tem más intenções, que supostamente não cumpra com as suas atribuições. A estabilidade é um escudo para blindar o servidor daquele cargo do interesse de quem quer que seja”, continuou.

A dedicação exclusiva para os servidores públicos na proposta apresentada pelo governo também foi criticada pelo presidente da ANA-PE. A lógica adotada fere o princípio da isonomia, constante no art. 5º, caput, da Constituição Federal, ao criar regras mais restritivas aos cargos típicos de Estado, uma vez que os demais “vínculos” com a administração pública poderão exercer e acumular qualquer atividade remunerada. “Isso é um grande retrocesso para a entrada de novos servidores públicos e a manutenção de servidores extremamente qualificados”, disse Vicente.

O vínculo de experiência proposto na redação original da PEC, na visão da associação, também é um grande retrocesso. “Como alguém com vínculo precário desenvolverá carreiras típicas de Estado, como um Procurador de Estado, um Auditor da Receita Federal, um Advogado da União?”, questionou.

Braga também se posicionou sobre o preenchimento de cargos em liderança de pessoas não concursadas. “Funções estratégicas não podem ser delegadas a funções transitórias”, reiterou.

Serviço Público

Para a ANAPE, é fundamental um debate público do tema sem atropelos. “Não podemos acreditar que os servidores públicos sejam o problema do nosso país, cair na tentação de demonizar, esse não é o melhor caminho. Não somos nem 5% da população nacional”, disse.

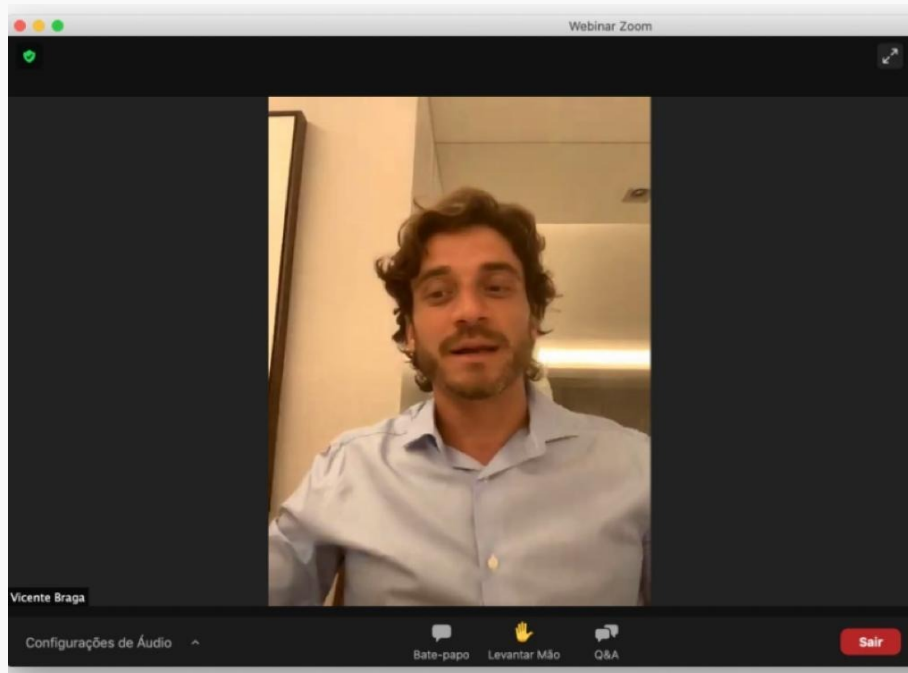
“Devemos buscar combate de privilégios, mas não podemos retroceder nas prerrogativas que são estratégicas para a preservação do Estado Democrático de Direito. Nós não olhamos para bandeiras partidárias, mas olhamos apenas para a bandeira do nosso país e queremos um serviço público de qualidade. O serviço público já vem dando a sua parcela de contribuição, seja por meio da Reforma da Previdência, seja por meio da PEC Emergencial, que retirou direitos e prerrogativas dos servidores públicos”, finalizou o presidente Vicente.

Também foram ouvidos nessa primeira audiência o secretário especial de Desburocratização do Ministério da Economia, Caio Paes de Andrade, o advogado e professor Emanuel de Abreu Pessoa, e a coordenadora do movimento Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lúcia Fattorelli.

[Confira a íntegra da reunião.](#)

NOTAS

Presidente da Anape participa de Simpósio organizado pela APEAC



O presidente da Anape, Vicente Martins Prata Braga, participou na noite desta quinta-feira (29/04) do primeiro Simpósio de Direito Público organizado pela Associação dos Procuradores do Estado do Acre (APEAC).

Em discurso feito na mesa de abertura do Simpósio, Vicente aproveitou o momento para reforçar a necessidade da união entre as associações dos estados e parabenizar a equipe da APEAC pela organização do evento.

“Contem com a Anape para o que vocês precisarem. Estamos em algumas lutas árduas, entre elas a Reforma Administrativa, que quer nos tirar algumas prerrogativas, e eu tenho certeza

que a união é o melhor caminho para esse tipo de retrocesso”, afirmou.

O Simpósio abordou assuntos importantes como a função constitucional do advogado de estado e sua atuação em prol da sociedade, a intervenção estatal na economia em tempos de pandemia e os principais desafios da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) no setor público.

Além das palestras, o evento também homenageou os 44 anos da Procuradoria-Geral do Estado do Acre (PGE-AC) e o Dia do Procurador do Estado do Acre.

NOTAS

Vice-presidente da ANAPE participa de posse da nova diretoria da Associação dos Procuradores do Estado de Goiás



O Procurador Ivan Ludovice Cunha, vice-presidente da ANAPE, representou o presidente Vicente Braga na solenidade de posse virtual da nova Diretoria e Conselho Diretor da Associação dos Procuradores do Estado de Goiás (APEG), nesta segunda-feira (26/04). Braga, no momento da solenidade, participava de uma audiência pública, na Câmara dos Deputados, sobre a Reforma Administrativa.

“Temos pautas nacionais de grande importância para a carreira, dependemos muito da mobilização nos Estados e temos na APEG uma referência para os Procuradores de todo o País, por sua atuação combativa em defesa de nossas lutas. Continuaremos contando com a força de vocês”, afirmou o vice-presidente na cerimônia.

O Presidente eleito, Claudiney Rocha, falou em seu discurso de posse que a constituição da

chapa eleita teve como foco a unidade necessária para combater pautas que tentam prejudicar o servidor público. “Todos nós usamos os serviços públicos. Em algum momento da vida, precisamos de um servidor público. É preciso esclarecer a toda sociedade que o servidor público não é o culpado pela desigualdade social do país. E essa é só uma das nossas pautas”, disse.

A eleição direta foi realizada em 16/04, por meio de Assembleia Geral Ordinária Virtual. Além dos membros da Diretoria eleita, prestigiaram o evento autoridades locais, parlamentares e representantes de entidades regionais e nacionais.

Fonte: Assessoria de Comunicação da APEG

NA MÍDIA

Começam as audiências sobre a reforma administrativa na Câmara



A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados começa, na segunda-feira (26), as audiências públicas sobre a Proposta de Emenda à Constituição 32/2020, a reforma administrativa. “O debate é essencial. O Estado exige bastante da pessoa na hora do ingresso no serviço público, com provas de altíssimo nível, mas depois faltam instrumentos tanto para punir quanto para premiar. O servidor estimulado é a garantia da prestação de um serviço de excelência à sociedade”, diz Vicente Braga, presidente da Anape.

Apesar do colegiado analisar somente a constitucionalidade da proposta antes de encaminhar para comissão especial, a presidente, deputada Bia Kicis (PSL-DF), e o relator, Darci de Mattos (PSD-SC), decidiram abrir o debate com os

setores envolvidos. A previsão é que mais de 40 associações sejam ouvidas até o dia 14 de maio.

A Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do DF (Anape) será a primeira a entidade a participar das audiências públicas, já na segunda. Em entrevista ao Blog do Servidor, o presidente da Anape, Vicente Braga, diz que a reforma administrativa é uma oportunidade de modernização do serviço público brasileiro, mas alguns pontos precisam ser aprimorados. Confira:

Qual a avaliação da Anape sobre a PEC 32, que prevê a reforma administrativa?

A PEC representa uma oportunidade de rediscutirmos diversos aspectos do funcionalismo público em busca do aperfeiçoamento dos serviços oferecidos à população brasileira. Para que isso aconteça, defendemos um debate amplo, baseado em fatos e números reais, que vão muito além da contumaz demonização do servidor público. O compromisso do servidor público é com a sociedade, com o servir ao público, e é nessa premissa que deve estar o foco da reforma. Hoje, vivemos em uma situação drástica de pandemia. Nunca a sociedade precisou tanto da atuação do Estado e quem move o Estado são os servidores. Esta é a nossa função, estender a mão às pessoas.

Claro que abusos precisam ser contidos e falhas corrigidas, mas a reforma precisa ser ba-

seada em um texto mais bem elaborado que o atual e temos essa chance agora, no Parlamento. Agora é a hora dos servidores públicos darem contribuições para uma reforma justa e efetiva. O debate na Câmara será uma excelente oportunidade para que os servidores participem ativamente de uma transformação do funcionalismo público.

Quais são os problemas da proposta apresentada pelo governo?

A proposta, como está hoje, vai acabar por sucatear o serviço público. Ela é um retrocesso. O primeiro ponto é a retirada de prerrogativas. As prerrogativas não são dos servidores, elas são dos cargos e são a garantia de um trabalho independente. O fim da estabilidade, por exemplo, seria péssimo para o país. A estabilidade não existe por acaso. Ela é um elemento imprescindível para a democracia e para o bom funcionamento do Estado, para que o servidor não se dobre a interesses políticos.

Se há distorções, se há servidores que aproveitam da estabilidade para desempenhar um mau serviço, isso pode e deve ser corrigido. Há mecanismos previstos em lei para punição desses servidores. É preciso aplicá-los. É preciso investigar na criação de uma cultura de avaliação dos servidores, por exemplo, por meio do investimento em órgãos de corregedoria. Há diversas formas de separarmos o joio do trigo, mas eliminar a estabilidade é abrir uma porta para a captura do Estado por interesses de entes políticos e privados.

Outro ponto preocupante é a vedação do exercício de qualquer atividade remunerada para servidores de carreiras típicas de Estado. Você exigir dedicação exclusiva de um servidor não fará dele um servidor melhor. Não se pode impedir, por exemplo, que um servidor escreva um livro em seu horário livre e receba direitos autorais por ele. Ou que ele ministre uma palestra, compartilhando conhecimento, e não possa receber por isso. É um desestímulo à produção

intelectual e social. Não se pode impedir que uma pessoa faça o que quer nas horas vagas. Isso pode desestimular bons quadros de ingressarem no serviço público.

Mas os mecanismos de avaliação e punição dos servidores não são efetivos. Dados da CGU mostram que é praticamente impossível demitir um servidor por mau desempenho. Como se resolve esse problema sem tirar a estabilidade?

Em qualquer espaço, em qualquer empresa privada e também no serviço público, existem bons e maus servidores. Hoje, há normas que permitem você fazer uma boa avaliação de desempenho. A dificuldade está na aplicação dessas normas. Falta o investimento social e político em uma cultura de eficiência e prestação de contas à sociedade. Por isso, temos que fortalecer os órgãos de corregedoria e as ouvidorias. Investir em auditorias externas para evitar o compadrio e o assédio dentro dos órgãos. Esse momento, no Parlamento, é a oportunidade que temos para colocar ideias à mesa. O que há previsto na legislação? O que carece de regulamentação? Que caminhos podemos seguir?

O debate é essencial. Tenho certeza de que o Congresso construirá um bom caminho para a criação de uma cultura de eficiência. E não estou falando só de punição. O Estado exige bastante da pessoa na hora do ingresso no serviço público, com provas de altíssimo nível, mas depois faltam instrumentos tanto para punir quanto para premiar. O servidor estimulado é a garantia da prestação de um serviço de excelência à sociedade.

Fonte: [Correio Braziliense](#)

NA MÍDIA

Reforma Administrativa já começa quente na Câmara hoje



A primeira audiência pública da reforma administrativa na Câmara, nesta segunda-feira, com representantes de servidores, terá uma degustação de como o debate será quente ao longo dos trabalhos.

A Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do DF (Anape), a primeira a ser ouvida, dirá que a reforma é importante, mas será direta: não aceitará o fim da estabilidade do funcionário público.

Vicente Braga, presidente da Anape, vai afirmar que eliminar a estabilidade no serviço público abriria uma porta para a corrupção, além de deixar o servidor vulnerável a interesses de políticos poderosos.

Fonte: [Época](#)

NA MÍDIA

Paes de Andrade: servidores desmotivados devem ser abraçados e trazidos à produtividade



O secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo do Ministério da Economia, Caio Paes de Andrade, disse que a proposta de reforma administrativa do governo ataca privilégios e vai permitir o “resgate da autoestima do servidor público”. Para ele, os funcionários desmotivados devem receber um “abraço” de forma a serem trazidos para o “mundo da produtividade”.

“Eu não conhecia e, conhecendo, passei a achar que há, sim, servidores públicos que são de primeiríssima categoria. O que nós precisamos é olhar para uma parcela dos servidores públicos que não estão devidamente preparados, que não estão devidamente motivados, que estão sem propósito, e dar a eles esse abraço, trazendo-os para o mundo da produtividade, o mundo que o cidadão precisa, o mundo que o País quer”, disse ele, em audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça

(CCJ) da Câmara, colegiado em que a reforma vai começar a tramitar.

Entre os servidores elogiados por Paes de Andrade estão vários membros da atual equipe do Ministério da Economia – como o secretário-executivo Marcelo Guarany, o secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida, o secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, entre outros, que, na avaliação dele, são exemplos e “carregam o piano”.

“Um ponto importante da PEC é permitir o resgate da autoestima do servidor público. Hoje uma grande parte da população tem uma imagem distorcida dos servidores públicos. Eu também tinha antes de vir para cá. O estereótipo é de que servidores públicos trabalham pouco, que vivem em um mundo paralelo, que são egoístas e que não pensam no Brasil. Isso é uma generalização. É como dizer que empresários são predadores, porque alguns abusam dos limites”, acrescentou.

Paes de Andrade classificou ainda uma parcela de servidores públicos como “espertinhos” que precisam despertar para um “propósito”. “Para esses, o ideal é cumprir horário, comprometer-se pouco e receber um salário bacana no final do mês. Eu acredito que o que falta para melhorar a performance desse grupo é gestão, critérios de avaliação e acompanhamento constantes, sérios e imparciais. O que precisamos é dar propósito para essas pessoas. Trabalhar sem propósito é frustrante, nivela o ser humano por baixo. No mundo da informação na palma da mão, não dá para passar a vida batendo o carimbo. Precisamos despertar propósitos adormecidos.”

Segundo o secretário, a reforma administrativa “não é projeto de governo, mas de País”, e dá as diretrizes sobre o que se espera do serviço público no futuro. Paes de Andrade disse que os termos da proposta não vão afetar os direitos dos servidores públicos atuais, mas apenas daqueles que entrarem no governo daqui para frente.

Entre os termos da proposta estão a redução do número de carreiras, implementação de avaliações de desempenho, proibição de progressões automáticas e restrição da estabilidade a carreiras típicas de Estado.

De acordo com o secretário especial, o País gasta 13,4% do PIB com funcionalismo público, acima da média de 9,9% dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Segundo ele, isso mostra que o problema vai além dos salários elevados, já que a maioria dos empregados ganha até quatro salários mínimos. “Temos muita gente que não está 100% preparada ganhando salários maiores que a média do restante do País.” Também segundo ele, as despesas da União com servidores da ativa aumentaram 145% em 12 anos, de R\$ 44,8 bilhões em 2008 para R\$ 109,8 bilhões em 2020.

Além da Proposta de Emenda Constitucional (PEC), o secretário prevê que tramitem no Congresso outros projetos de lei sobre gestão de desempenho, consolidação de cargos, funções e gratificações, diretrizes de carreiras, cargos típicos, vínculos por prazo determinado e um novo marco regulatório de carreiras, governança remuneratória e direitos e deveres do serviço.

Para o secretário, o foco da reforma deve ser a mudança do regime jurídico. Na média, segundo ele, cada servidor passa 59 anos vinculado ao Estado: 28 na ativa e 20 anos na aposentadoria, além de 11 anos de pensão.

Além dos concursos públicos para servidores de carreira, o governo quer criar uma seleção simplificada para vínculos com prazo determinado, conferir maior autonomia organizacional ao governo, permitindo extinção de cargos e órgãos, e regulamentar o desligamento por de-

sempenho insuficiente – hoje, demissões só são permitidas por sentença judicial transitada em julgado e infração disciplinar.

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal (Anape), Vicente Martins Prata Braga, criticou a proposta e disse que a reforma atinge os servidores atuais. Segundo ele, o fim da estabilidade fragiliza o serviço público e as instituições e será uma “porteira aberta para mandos e desmandos e mais atos de corrupção”.

“Aquele servidor que supostamente não cumpre as suas atribuições deve, sim, responder a uma sindicância administrativa, responder a um processo administrativo disciplinar, e, sem o entendimento da comissão processante, ser retirado, ser demitido do serviço público, porque ele é um mal para a sociedade. Porém, nós devemos separar o joio do trigo”, disse.

“Precisamos respeitar o Estado Democrático de Direito. Essa é uma das nossas preocupações. E não se pode falar em Estado Democrático de Direito com uma instituição fragilizada. Nós não queremos prerrogativas que não sejam legítimas. As prerrogativas pertencem à sociedade, pertencem ao cargo que nós ocupamos. Elas não pertencem a qualquer servidor público, muito menos àqueles mal-intencionados.”

Braga criticou também a exigência de dedicação exclusiva e a criação de cargos de liderança para funcionários não aprovados em concurso. “Não podemos acreditar que o servidor público seja o problema do nosso País. Criar, cair na tentação de demonizar não é o melhor caminho”, afirmou.

“Não vamos cair num dos pontos da exposição de motivos, quando do envio dessa PEC, que afirma que o Estado custa muito, mas entrega pouco. Eu não aposto nisso. Eu acho que esse é um dogma que deve ser desfeito, porque esta pandemia mostrou para todos os brasileiros que o Estado pode custar muito, mas ele entrega muito.”

Fonte: [Estadão](#)

NA MÍDIA

Secretário diz que reforma administrativa resgata autoestima do servidor; especialistas divergem



Em audiência na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), o secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, Caio Paes de Andrade, afirmou que a reforma administrativa (PEC 32/20) é “a mais importante transformação que o Estado brasileiro precisa realizar”. Ele disse que a reforma vai ajudar no resgate da autoestima do servidor público e trará mais eficiência à administração.

Especialistas que também participaram da audiência nesta segunda-feira (26) criticaram, no entanto, pontos como o fim da estabilidade para alguns cargos, a criação do vínculo de experiência e a ampliação dos poderes do presidente da República.

O representante do governo ressaltou que os atuais servidores não terão seus direitos afetados e que a ideia é criar uma administração mais moderna e eficiente. Como exemplo do

que considera “distorções” do atual sistema, Caio Paes de Andrade citou 69 mil servidores do Executivo federal que estão em funções consideradas extintas.

Para o secretário do Ministério da Economia, no futuro próximo, o Estado estará “funcionando quase como um ente totalmente digital”, com “a burocracia desnecessária sendo derrotada”. Nessa ideia, os servidores públicos estariam mais bem preparados, segundo ele, e exerceriam cargos mais intelectuais e criativos. De acordo com Paes de Andrade, a proposta vai mudar a visão que a sociedade tem do servidor, e melhorar a autoestima do próprio trabalhador.

“Um ponto importante da PEC é permitir o resgate da autoestima do servidor público. Hoje, uma grande parte da população tem uma imagem distorcida dos servidores públicos. Eu também tinha antes de vir para cá. O estereótipo é de que servidores públicos trabalham pouco, que vivem em um mundo paralelo, que são egoístas e que não pensam no Brasil. Isso é uma generalização. É como dizer que empresários são predadores porque alguns abusam dos limites”, disse Paes de Andrade.

Por outro lado, o presidente da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal (Anape), Vicente Braga, lembrou que a proposta, em alguns pontos, atinge os atuais servidores, como a parte que trata da dedicação exclusiva dos servidores, e proíbe que servidores tenham qualquer outra atividade remunerada, mesmo que sem relação com o serviço público. A exceção é para o ensino e atividades de profissional de saúde.

Braga também considerou “um grande retrocesso” a previsão de um vínculo de experiência, após a aprovação em prova de concurso, com duração mínima de um ano para cargos que não sejam típicos de Estado, e dois anos para os típicos de Estado, para determinar a classificação final e os aprovados no concurso público.

Segundo Braga, um aprovado em concurso, cumprindo vínculo de experiência, não teria condições de praticar atos estratégicos de car-

reiras típicas de Estado.

O procurador também criticou as mudanças previstas na estabilidade do servidor, que pelo texto fica restrita a servidores ocupantes de cargos típicos de Estado, cumpridos o vínculo de experiência e mais um ano no cargo.

“Não se pode falar em Estado Democrático de Direito com instituição fragilizada. Não se pode admitir que se utilize o discurso de que a estabilidade é utilizada como um escudo para o servidor público. Ela não é um escudo para o servidor público. Ela é um escudo para o cargo daquele servidor, para blindá-lo de qualquer interesse ilegítimo por parte de quem quer que seja: um cidadão, um gestor, um superior ou quem for”, disse Vicente Braga.



Fonte: Michel Jesus/Câmara dos Deputados

Poderes do presidente

Um ponto criticado por Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti, diretor e professor titular de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, é o que aumenta os poderes do presidente e estabelece, entre outros pontos, que decretos presidenciais poderão criar ou extinguir órgãos públicos. Segundo o professor, esse item “é um desastre”, usurpa poderes do Legislativo e agride a autonomia dos poderes.

A coordenadora da associação Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lúcia Fattorelli, disse acreditar que a proposta fere cláusulas pétreas da Constituição. Para Fattorelli, a PEC “ofende o princípio da moralidade pública e traz de volta o apadrinhamento”.

Ela criticou uma série de pontos da proposta, como a justificativa do Executivo de que há uma percepção de que o Estado custa muito, mas entrega pouco. Segundo Fattorelli, esse é um argumento “sem qualquer comprovação”.

A deputada Fernanda Melchionna (Psol-RS) também se manifestou contra a reforma. “Quase 60% dos servidores públicos recebem menos de quatro salários mínimos. Então, não estamos falando de privilegiados. Aliás, os grandes privilegiados não são atacados na reforma, como os deputados federais, os ministros e os secretários do governo”, afirmou.

Melchionna disse ter sugerido uma redução de 50% do salário desses cargos, mas que não teve o apoio do governo.

“Mais do que isso, é óbvio que essa matéria é inconstitucional, porque a estabilidade está na Constituição Federal não como uma benesse, mas como um direito para acabar com a ideia do Estado patrimonialista”, declarou a deputada.

Modernização

Já o relator da proposta, deputado Darci de Matos (PSD-SC), disse que a reforma administrativa vai economizar dinheiro e melhorar um serviço que “ainda é lento”.

“O objetivo desta reforma é promovermos uma economia, nos próximos dez anos, de R\$ 300 bilhões, e também de adequarmos o serviço público aos novos tempos, às novas tecnologias, e o fortalecermos para oferecer um serviço de qualidade à população brasileira. Hoje, infelizmente, o serviço público ainda é lento, oneroso, e deixa muito a desejar”, disse o relator.

Por sua vez, o presidente da Frente Parlamentar Mista da Reforma Administrativa, deputado Tiago Mitraud (Novo-MG), disse que o texto “ainda é tímido”, e deve ser aprimorado para

incluir membros de Poder e atuais servidores. Estabilidade

Para Emanuel de Abreu Pessoa, mestre em Direito, a proposta é constitucional. Segundo ele, mesmo se o tema da estabilidade fosse cláusula pétrea, “seria cláusula pétrea [apenas] para os servidores que já conquistaram a estabilidade”.

Pessoa citou, ainda, decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) no sentido de que servidores públicos não têm direito adquirido a regime jurídico. Em sua visão, portanto, “é uma prerrogativa do Legislativo brasileiro, através de emenda constitucional, alterar as regras gerais sobre como funciona a administração pública”. Já o coordenador-técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Fausto Augusto Júnior, criticou, entre outros pontos, as mudanças nas regras de estabilidade.

Segundo ele, as mudanças são “o cúmulo da falta de responsabilidade” e farão com que os trabalhadores possam ser “modificados ao sabor do governo de plantão”, ferindo o princípio da impessoalidade da administração pública. A reunião desta segunda-feira foi a primeira de uma série de audiências públicas da CCJ da Câmara dos Deputados para debater a proposta.

Fonte: [Agência Câmara de Notícias](#)

NA MÍDIA

Comissão ouve secretário de Desburocratização



Em defesa da reforma administrativa, o secretário especial de Desburocratização do Ministério da Economia, Caio Paes de Andrade, afirmou ontem em uma audiência pública na Câmara que é preciso despertar os “propósitos adormecidos” de uma parcela dos servidores, além de se criar mecanismos de gestão que permitam acompanhar e melhorar a performance de quem trabalha na máquina pública.

Andrade participou da primeira audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) sobre a reforma administrativa. Há previsão de outras seis audiências públicas até 14 de maio. O ministro da Economia, Paulo Guedes, também deve comparecer ao colegiado para tirar dúvidas sobre a proposta. Só depois disso, o texto deve ser apreciado pelos integrantes da comissão.

De acordo com o secretário, não se pode generalizar, pois há funcionários públicos comprometidos. No entanto, assim como ocorre na iniciativa privada, ponderou, também existem os “espertinhos”.

“Para estes, o ideal é cumprir horário, comprometer-se pouco e receber um salário bacana no fim do mês. Eu acredito que o que falta para melhorar a performance desse grupo é gestão, critérios de avaliação e acompanhamento constantes, sérios e imparciais”, destacou. “Precisamos é dar propósito para essas pessoas. Trabalhar sem propósito é frustrante, nivela o ser humano por baixo. No mundo da informação na palma da mão, não dá para passar a vida batendo o carimbo. Precisamos despertar propósitos adormecidos.”

O posicionamento foi contestado pelo deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), que lembrou de quando Guedes comparou os servidores a parasitas. “Nós estamos numa fase depreciativa, atirando contra os servidores públicos, quando, na verdade, nós tínhamos que prestigiá-los, fazer com que a carreira fosse mais valorizada, melhor qualificada”, disse o parlamentar.

O secretário destacou que o governo brasileiro gasta R\$ 8,3 bilhões por ano com 69 mil servidores que estão na ativa e trabalham em carreiras consideradas extintas. Ele defendeu o avanço da reforma administrativa para corrigir distorções.

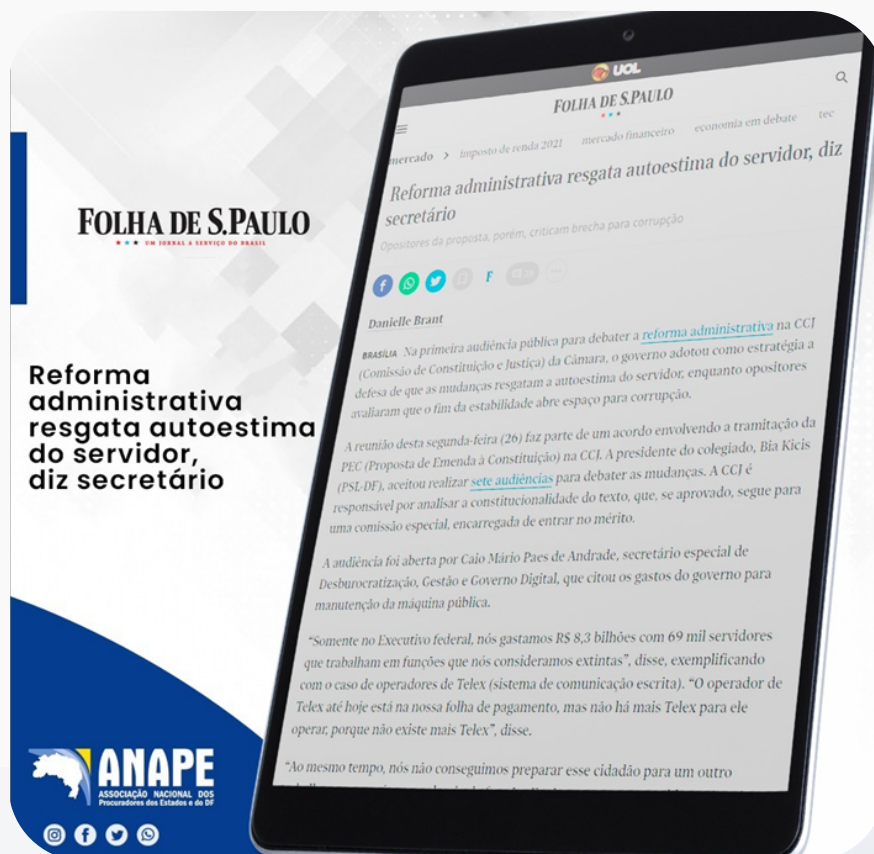
Contrário ao avanço da reforma, o presidente da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal (Anape), Vicente Martins Braga, disse que alguns trechos da reforma violam a Constituição, entre eles, o que trata do fim da estabilidade. “Não se pode admitir que se utilize o discurso de que a estabilida-

de é utilizada como um escudo para o servidor público. Ela não é um escudo para o servidor público. Ela é um escudo para o cargo daquele servidor para blindá-lo de qualquer interesse ilegítimo por parte de quem quer que seja: um cidadão, um gestor, um superior ou qualquer outra pessoa”, afirmou o procurador. “Nós não podemos acreditar que o fim da estabilidade será um benefício para este país. Muito pelo contrário. O fim da estabilidade será, sim, uma porteira aberta para mandos e desmandos e até podemos afirmar: para mais atos de corrupção. Nós não podemos admitir isso”, completou.

Fonte: [Valor Econômico](#)

NA MÍDIA

Reforma administrativa resgata autoestima do servidor, diz secretário



Na primeira audiência pública para debater a reforma administrativa na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara, o governo adotou como estratégia a defesa de que as mudanças resgatam a autoestima do servidor, enquanto opositores avaliaram que o fim da estabilidade abre espaço para corrupção.

A reunião desta segunda-feira (26) faz parte de um acordo envolvendo a tramitação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) na CCJ. A presidente do colegiado, Bia Kicis (PSL-DF), aceitou realizar sete audiências para debater as

mudanças. A CCJ é responsável por analisar a constitucionalidade do texto, que, se aprovado, segue para uma comissão especial, encarregada de entrar no mérito.

A audiência foi aberta por Caio Mário Paes de Andrade, secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, que citou os gastos do governo para manutenção da máquina pública.

“Somente no Executivo federal, nós gastamos R\$ 8,3 bilhões com 69 mil servidores que tra-

balham em funções que nós consideramos extintas”, disse, exemplificando com o caso de operadores de Telex (sistema de comunicação escrita). “O operador de Telex até hoje está na nossa folha de pagamento, mas não há mais Telex para ele operar, porque não existe mais Telex”, disse.

“Ao mesmo tempo, nós não conseguimos preparar esse cidadão para um outro trabalho porque caímos no desvio de função. Então, o assunto, o problema é muito complexo.”

Na avaliação do secretário, a PEC permite o resgate da autoestima do servidor público. “Hoje uma grande parte da população tem uma imagem distorcida dos servidores públicos”, afirmou. “O estereótipo é de que servidores públicos trabalham pouco, que vivem em um mundo paralelo, que são egoístas e que não pensam no Brasil. Isso é uma generalização.”

Andrade elogiou os servidores públicos, mas disse que é preciso criar mecanismos para torná-los mais produtivos. “Claro que existem os espertinhos, assim como também há os espertinhos lá na iniciativa privada”, ressaltou. Para o secretário, é preciso dar “propósito” para os servidores.

“Trabalhar sem propósito é frustrante, nivela o ser humano por baixo. No mundo da informação na palma da mão, não dá para passar a vida batendo o carimbo. Precisamos despertar propósitos adormecidos”, acrescentou.

Presidente da Anape (Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do DF), o procurador Vicente Braga rebateu um dos argumentos do governo e afirmou que a PEC atinge servidores atuais. “Basta colocar o ponto da dedicação exclusiva, que está prevista na redação originá-

ria da PEC”, afirmou. “Ela atinge frontalmente todos os servidores públicos, por exemplo, os que ocupem carreiras típicas de Estado.”

Fonte: [Folha de S. Paulo](#)

EVENTOS

Oficinas temáticas debatem IPVA e ITCMD



OFICINA 3:
IPVA ANTIGOS E NOVOS FATOS

IPVA: arrecadação, impactos e desafios

DANIELA VICTOR
(PGE-MG)
Mestre em Direito Tributário pela Universidade Federal de Minas Gerais. Doutoranda em Direito Tributário pela UFMG.

ANAPE
Inscrição e informações no site: www.enpf.com.br



OFICINA 2:
ITCMD: DOAÇÕES PARA O EXTERIOR E OUTROS TEMAS. O CONSEQUENCIALISMO DA VEZ.

ITCMD nas hipóteses de doações e heranças do exterior

IZABELLA MARIA MEDEIROS E ARAÚJO PINTO
(PGE-PR)
Procuradora do Estado do Paraná. Chefe da Procuradoria de Sucessões da PGE-PR. Mestranda em Direito das Relações Sociais pela UFPR.

ANAPE
Inscrição e informações no site: www.enpf.com.br



OFICINA 3:
IPVA ANTIGOS E NOVOS FATOS

Aspectos Polêmicos do IPVA

RAFAEL DE PAIVA CANESIN
(PGE-RS)
Especialista em Direito Público. Coordenador Adjunto da Procuradoria Fiscal. Membro do Grupo Gestor do Crédito Tributário da FGERRS. Membro da Comissão Especial de Direito Tributário da OAB-RS.

ANAPE
Inscrição e informações no site: www.enpf.com.br

A programação do VIII Encontro Nacional das Procuradorias Fiscais já está disponível. Diversos temas serão debatidos no evento, entre eles IPVA e ITCMD nas oficinas temáticas.

A edição deste ano, que acontece entre os dias 10 e 11 de maio de 2021 em formato totalmente online e com transmissão ao vivo pelo Youtube da ANAPE, terá como tema “Procuradorias Fiscais e os Atuais Desafios Institucionais”, com os mais renomados nomes da área.

As inscrições já estão abertas! Acesse o site <https://www.enpf.com.br/#> e garanta a sua vaga no maior evento das Procuradorias Fiscais do país.

E atenção: Devido a pandemia e reconhecendo a importância histórica do evento, a ANAPE assume o VIII ENPF, de forma virtual. Em respeito a todos que empreenderam esforços para a realização do evento presencial em 2020, inclusive com compromissos financeiros, restou preservada a realização do IX ENPF, em Pernambuco.

CLUBE DE VANTAGENS

ANAPE
Mais

DIA
DAS
MÃES

INESQUECÍVEL

Aproveite os **descontos exclusivos** do seu **Clube de Vantagens** para demonstrar todo seu carinho. Afinal, sua mãe merece um presente tão especial quanto ela.

L'OCCITANE
EN PROVENCE

HERING

dafiti

Liáuido

R\$ 50,00
nas compras*

Até 70% de
desconto*

30% de
desconto*

15% de
desconto*

Electrolux

CENTAURO

Giuliana®
FLORES

D Z A R M

Até 50% de
desconto*

20% de
desconto*

20% de
desconto*

Até 30% de
desconto*

*Confira as condições no site.

anapemais.com.br

CLUBE DE VANTAGENS

ANAPE
Mais

MAIS CULTURA

POR MENOS

No seu **Clube de Vantagens** você encontra os livros que precisa com descontos exclusivos!

LR

Até 25% de desconto*

livraria
cultura

15% de desconto*

u**book**

30 dias
Grátis

JHMIZUNO
EDITORA DISTRIBUIDORA

20% de
desconto*

Publicações
Pão Diário

30% de
desconto*

DENTRO DA HISTÓRIA

20% de
desconto*

*Confira as condições no site.

anapemais.com.br

CONSELHO EDITORIAL

DIRETORIA

Presidente:

Vicente Martins Prata Braga (CE)

Diretor de Comunicação e

Relações Institucionais:

Rodrigo de Meneses dos Santos (TO)

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Mídia e Conexão

DIAGRAMAÇÃO

Caroline Sousa